



MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

EDITAL

Nº 02/AM/EE/2018

PAULA MARIA DANIEL DE MELO LOPES, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, FAÇO PÚBLICO, em conformidade com o disposto no nº 1 do artigo 56º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que na única reunião da Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e sete de abril de dois mil e dezoito, foram tomadas as seguintes deliberações: -----

-----“ANTES DA ORDEM DO DIA: -----
Pelo Senhor Luís Matos, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte Saudação: -----

-----“SAUDAÇÃO -----
-----**Comemorações do 25 de Abril e 1º de maio**-----

O 25 de abril, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas, logo seguido de um levantamento popular, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. -----

Lembramos e saudamos a resistência antifascista e os valores militares de abril e todos aqueles que lutaram e estiveram com o povo Português na conquista dos direitos fundamentais para uma vida plenamente livre e digna. Portugal, apesar dos avanços registados na reposição e conquista de direitos, necessita de uma mais lesta resposta a problemas estruturais ligados com o desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais e de fortalecimento dos serviços públicos para garantir a resposta às necessidades dos trabalhadores e das populações. -----

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira. -----

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências. -----

As comemorações da Revolução de abril devem ser um momento para afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra os que querem ajustar contas com abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal. -----

Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de abril e da Constituição da República. ----

Melo

O 1º de maio é um dia que ficará sempre na História como um dia de todos os trabalhadores, um dia de luta e conquistas de direitos. Em 1886, os operários de Chicago pagaram cara a coragem de reivindicarem o direito de participar na definição das suas condições de trabalho alguns deles com a própria vida. -----
Portugal precisa de uma política que garanta, emprego, os direitos e a justiça social; de uma estratégia de desenvolvimento económico e social, que valorize o trabalho, a qualidade do emprego, promova a melhoria dos salários a igualdade no trabalho e o fim das discriminações, justiça fiscal, políticas sociais justas e de qualidade. -----
Saudamos a luta dos trabalhadores e em particular do complexo industrial de Sines que a maioria reside no Concelho de Santiago do Cacém. -----
Nos últimos meses muitos foram os trabalhadores que participaram em ações de luta em defesa dos seus direitos e reivindicações onde algumas lutas já trouxeram resultados. ---
Por esse motivo os trabalhadores devem continuar a lutar. Os membros da CDU apelam a todos que participem nas ações de comemorações e luta do 1º de maio, convocadas pela CGTP-IN, e em particular para a Manifestação em Sines que começará às 11 horas no Jardim das Descobertas. -----
Não há transformações nem conquistas de direitos económicos, sociais e políticos sem a luta dos trabalhadores, sempre assim foi e assim será. -----
Viva o 1º de maio! -----
25 de Abril sempre!” -----

Pela Senhora Susana Pádua, em representação dos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte Saudação: -----

-----“SAUDAÇÃO -----

-----Comemorações do 25 de Abril -----

Madrugada de 25 de Abril de 1974, há 44 anos o país acordava com a notícia que há muito esperava, como escreveu a poetisa Sofia de Melo Breyner Andresen, -----
“esta é a madrugada que eu esperava-----
O dia inicial inteiro e limpo -----
Onde emergimos da noite e do silêncio -----
E livres habitamos a substância do tempo”-----
Comemoramos a histórica revolução dos cravos, da coragem dos militares e dos capitães
do MFA que tornaram diferentes os nossos dias.-----
A ditadura caía pela luta e pela força de um povo que ansiava a liberdade.-----
O povo saiu à rua, saudou os militares com cravos vermelhos, e o dia começava limpo e inteiro em que o silêncio foi interrompido com vivas à liberdade, à democracia, à libertação dos presos políticos, ao fim da guerra colonial e à justiça social. -----
Portugal e os portugueses renasciam da escuridão, da opressão, da censura, do exílio, da prisão. -----
E foram muitos e muitas que resistiram e contribuíram para a consciencialização política de um povo que se foi recusando, cada vez mais, a estar adormecido. -----
A revolução dos cravos, o 25 de Abril há 44 anos está no coração de todos os portugueses e portuguesas, como um dos mais belos sinónimos da noção de LIBERDADE. -----
E é por isso que saudamos a luta política preconizada e protagonizada por muitos homens e mulheres, trabalhadores/as, estudantes, intelectuais que durante 48 anos de

P. Teófilo

ditadura se entregaram, na clandestinidade, na prisão, no exílio, muitos com a sua própria vida, à luta contra aqueles que nos faziam viver em servidão, mas como diz o poeta Manuel Alegre,-----

“Mesmo na noite mais triste -----
em tempo de servidão -----
há sempre alguém que resiste -----
há sempre alguém que diz não.” -----

E a partir deste dia, 25 de Abril de 1974, sob a senha da Canção Grândola Vila Morena, a democracia tinha o caminho aberto para o voto livre, para a liberdade de imprensa e de expressão, para a liberdade de reunião e associação. -----

A revolução dos cravos permitiu iniciar-se a construção dos pilares do estado social próprio de uma sociedade mais inclusiva e mais igualitária. -----

Construíram-se novas escolas e abriram-se as portas da escola pública a todos e a todas independentemente da cor, do género ou classe social; construiu-se um serviço nacional de saúde; construiu-se comunicação, pelas estradas, pela rádio, pela televisão, pelas novas tecnologias. -----

Um país novo começava a ser desenhado e mais do que um sonho, começava a ser uma realidade nova que nunca poderemos deixar de enaltecer e de assinalar e por isso hoje o saudamos. -----

Importa regar este nosso 25 de Abril e importa não perder a utopia que nos acompanhou durante os primeiros anos de liberdade, e que não pode desaparecer, porque e citando Eugénio de Andrade “o mundo é conduzido por loucos e ambiciosos, que só têm em mira o êxito e o lucro, estão-se nas tintas para as preocupações dos poetas, que são, como toda a gente sabe, seres da utopia, essa utopia sem a qual não há progresso.”-----

Abril tem que estar sempre presente e renascer hoje e amanhã como uma nova esperança que nos permita reforçar a democracia a liberdade a esperança nesta “nesga de terra”, e aprofundar os pilares do estado social próprio de uma sociedade mais inclusiva e mais igualitária. -----

O dia de hoje é de saudação, mas é também de afirmação da necessidade de refletirmos sobre o tempo que vivemos e sobre o futuro. -----

É tempo de como escreveu Miguel Torga “de repensar esta nesga de terra”, tendo sempre presentes os valores de abril, os direitos e deveres de abril, conquistados em prol do progresso, do desenvolvimento sem os quais não haverá plena liberdade e justiça social. -----

As/os munícipes de Santiago do Cacém têm que acreditar que é possível continuar a construir um futuro melhor, mais justo e solidário e a continuar a lutar para melhorar os seus direitos. -----

Santiago do Cacém é um concelho particularmente marcado por abril e pelos valores da liberdade, da paz e da justiça que o caracterizam. É um concelho do associativismo, da mobilização popular e da participação cívica, onde mais de uma centena de associações, clubes e coletividades desenvolvem atividade notável. Saudamos todas e todos por fazerem do seu dia a dia uma conquista de abril “em cada esquina um amigo em cada rosto igualdade”. -----

Abril valeu a pena e tem que continuar a valer a pena. -----
Viva o 25 de Abril!” -----

-----**ORDEM DO DIA:** -----

“3. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL -----

Paula Lopes

--- a) **Prestação de Contas de 2017;**-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. -----

“PROPOSTA: Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal os Documentos de Prestação de Contas (Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão relativos a 2017, elaborados nos termos previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro. *

Dois – Excluem-se do referido no ponto 1 os seguintes documentos: -----

a) Mapas de subsídios obtidos por não ter havido nenhum recebimento classificado como subsídio. -----

b) Mapas de ativo de rendimento fixo e variável por não ter havido nenhum destes tipos de rendimentos no exercício. -----

c) Norma de controlo interno. Contudo, embora de forma não sistemática existem um conjunto de regras de funcionamento designadamente ao nível da tesouraria, do Fundo de Maneio (existe Regulamento aprovado), das compras, do armazém, do controlo do imobilizado, que têm permitido a implementação do novo sistema contabilístico. -----

FUNDAMENTOS: Um – Conforme o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo n.º.33 do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 setembro. -----

Dois – De acordo com o capítulo II e capítulo III (notas técnicas) da resolução n.º 4/2001 - 2ª. Secção publicada no D.R. n.º 191 de 18 de agosto, II Série alterado pela resolução n.º26/2013-2ªSecção publicada no D.R. n.º226 de 21 de novembro de 2013 e com a resolução n.º 1/2018 do Tribunal de Contas publicada no Diário da República, 2ª série-nº 2, de 09 de fevereiro de 2018.”-----

*Documentos que serão dados como reproduzidos na ata da reunião.-----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. -----

INTERVENÇÕES: Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais e o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada. -----

FORMA: Por maioria, com dezasseis votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Luis Pedro Marques Matos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Dez votos contra, sendo seis dos eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Raquel Louro Vieira Correia, e quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Carmem Dolores Palminha Mendes, António Gamito de Matos e Francisco Alfeirão Rodrigues. -----

Duas abstenções, sendo uma do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira e outra do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz. -----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo Senhor João Alberto Guerreiro, em representação dos eleitos da CDU, foi feita a seguinte declaração de voto: “Embora a Lei das Finanças Locais continue a não ser cumprida a gestão orçamental deste Executivo continua a demonstrar equilíbrio, rigor e eficácia. -----

PTeBts

Este Relatório continua a demonstrar que as obrigações assumidas perante a população do Concelho de Santiago do Cacém, nomeadamente as suas responsabilidades ao nível da melhoria da qualidade de vida dos munícipes continuam a ser cumpridas.-----

Ao nível das políticas sociais, destacamos as refeições e os transportes escolares, o complemento de apoio à família que continua a ser gratuito, a melhoria dos espaços escolares com um forte investimento na reabilitação do parque escolar do 1º Ciclo, nomeadamente nas escolas nº 3 de Santo André e na Escola de Ermidas, a disponibilização de auxílios económicos, a promoção da saúde, através não só do apoio financeiro à prática desportiva mas também ao nível da manutenção e criação de infraestruturas. Realçamos igualmente o apoio ao associativismo que é fundamental.-----

Ao nível das infraestruturas públicas referimos a construção, conservação e manutenção das redes de abastecimento de águas residuais, o serviço de recolha e tratamento de resíduos urbanos, a melhoria das vias de comunicação, a reabilitação urbana, a manutenção e conservação de espaços verdes.-----

Não podemos deixar de referir a área do turismo que tem vindo a crescer no nosso Concelho e onde foi feito igualmente um forte apoio ao comércio local e ao tecido empresarial.-----

Por último, referimos a continuação da diminuição da dívida a curto prazo aos fornecedores em cerca de 190 mil euros e a dívida de médio e longo prazo em cerca de 270 mil euros. Para além desta diminuição há a referir ainda um saldo de gerência em cerca de 2 milhões e trezentos e cinquenta mil euros. Importa referir que este saldo de gerência vem permitir o reforço do investimento no exercício de 2018.-----

Embora se tenha verificado um aumento nos gastos com o pessoal devido ao reposicionamento salarial a despesa com pessoal situa-se nos 37,5% do total da despesa.

Pela Senhora Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, em representação dos eleitos do PS, foi feita a seguinte declaração de voto: "A bancada socialista na Assembleia Municipal analisou os documentos da Câmara Municipal de Santiago do Cacém (CMSC) relativos à prestação de contas do ano de 2017 e registamos a redução da dívida no mandato 2013/2017. Todavia, esta foi uma dívida criada e aumentada ao longo de décadas e uma consequência de decisões erradas tomadas pelos sucessivos executivos comunistas na gestão da autarquia desde 1976. A dívida melhorou, mas é notório que a CMSC não consegue contribuir para que o concelho saia do marasmo em que se encontra e não se assume como um real fator de desenvolvimento económico.

Em 2017 estava previsto um Investimento Municipal de mais de 10,7 milhões de euros, mas nem sequer atingiu os 5 milhões de euros. Reparem-se nos seguintes exemplos: ----

--- . A Escola EB/JI Nº 4 de Vila Nova de Santo André, com um projeto de 2016 e uma previsão de investimento de mais de 1,2 milhões de euros, em 2017 apenas foi executado em 3 mil euros.-----

--- . A Escola Básica de Ermidas, tinha um investimento previsto de 400 mil euros desde 2016, mas apenas foi executado um pouco mais de 100 mil euros.-----

--- . A Valorização do Jardim Municipal em Santiago do Cacém, como investimento previsto de 260 mil euros, encontra-se adiada para o longínquo 2020, muito provavelmente para ser concluído em vésperas das próximas eleições autárquicas.-----

--- . O Plano de Ação para a Eficiência Energética das Piscinas Municipais, previsto nos orçamentos desde 2015, com um investimento de 276 mil euros e que ainda não será realizado este ano.-----

P. M. P. 1/2

--- . A Requalificação de espaço público no Bairro do Pinhal em Vila Nova de Santo André, outro projeto previsto no orçamento de 2015, e que agora só está previsto para 2019. -----

É absolutamente inaceitável que tal aconteça, até porque a CMSC fechou o exercício económico de 2017 com 2,4 milhões de euros em caixa. -----

A inépcia do executivo não permite o desenvolvimento económico do concelho, o melhoramento da qualidade de vida dos nossos Municípes ou os investimentos necessários e que estavam previstos. -----

Esta não é a nossa visão para Santiago do Cacém, este não foi o nosso orçamento e que a seu tempo tivemos oportunidade de criticar e sugerir alteações. -----

Esta política não serve a população e não se enquadra no modelo de desenvolvimento defendido pelos eleitos do Partido Socialista. -----

Assim, em coerência com as opções e posições conhecidas, e como não nos revemos nas políticas implementadas pela CDU, votamos politicamente contra a Prestação de Contas de 2017.” -----

--- **b) Relatório Anual do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município;** -----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha -----

“**Dar conhecimento** à Assembleia Municipal do Relatório sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao ano 2017, apresentado pelo Auditor Externo que procede anualmente à revisão legal de contas, em anexo.* -----

FUNDAMENTOS: Em conformidade com o previsto na alínea d), do n.º 2, do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.” -----

*Documento que será dado como reproduzido na ata da reunião.” -----

TOMADO CONHECIMENTO. -----

--- **c) Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de 2018;** -----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. -----

“**PROPOSTA:** Submeter a Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de Dois Mil e Dezoito à Assembleia Municipal, em anexo.* -----

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro. -----

Dois – Conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” -----

* Documento que será dado como reproduzido na ata da reunião. -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada. -----

FORMA: Por maioria, com dezasseis votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Luis Pedro Marques Matos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contento e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

ptelopes

Doze abstenções sendo sete dos eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Raquel Louro Vieira Correia e Ricardo Jorge da Cruz, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Carmem Dolores Palminha Mendes, António Gamito de Matos e Francisco Alfeirão Rodrigues, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira.” -----

--- **d) Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2018 a 2021;**-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. -----

“PROPOSTA: Submeter a Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos Dois Mil e Dezoito/Dois Mil e Vinte e Um à Assembleia Municipal, em anexo.* -----

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº.54-A/99, de 22 de fevereiro. -----

Dois – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.” -----

* Documento que será dado como reproduzido na ata da reunião.-----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada.-----

FORMA: Por maioria, com dezasseis votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Luis Pedro Marques Matos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Doze abstenções sendo sete dos eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Raquel Louro Vieira Correia e Ricardo Jorge da Cruz, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Carmem Dolores Palminha Mendes, António Gamito de Matos e Francisco Alfeirão Rodrigues, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira.” -----

--- **e) Primeira Revisão às Atividades Mais Relevantes de 2018 a 2021;**-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. -----

“PROPOSTA: Submeter a Primeira Revisão às Atividades Mais Relevantes Dois Mil Dezoito/ Dois Mil e Vinte e Um à Assembleia Municipal, em anexo.* -----

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº.54-A/99, de 22 de fevereiro. -----

Dois – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro. -----

*Documento que será dado como reproduzido na ata da reunião.-----

P. Melo

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada. -----

FORMA: Por maioria, com dezasseis votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Luis Pedro Marques Matos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Doze abstenções sendo sete dos eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Raquel Louro Vieira Correia e Ricardo Jorge da Cruz, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Carmem Dolores Palminha Mendes, António Gamito de Matos e Francisco Alfeirão Rodrigues, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira.” -----

--- **f) Alteração à Estrutura Orgânica Nuclear do Município de Santiago do Cacém;**

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. -----

“**PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a revogação das competências da Estrutura Orgânica Nuclear, previstas nas alíneas h), i) e j) do n.º 2 do artigo 2.º da Organização de Serviços do Município de Santiago do Cacém, conforme documento anexo.*-----

FUNDAMENTOS DE FACTO: UM: Por deliberação da Câmara Municipal de 9 de junho de 2016, foi aprovada a última alteração à estrutura de Organização dos Serviços do Município de Santiago do Cacém; -----

DOIS: Sucede que, um ano passado sobre o Despacho 9 545/2016, de 25 de julho, publicado na 2.ª série do Diário da República, posteriormente ajustado pela Declaração de Retificação n.º 881/2016, de 1 de setembro, para adequação do serviço às necessidades permanentes de funcionamento e otimização de recursos, reconhece-se a necessidade de extinguir a unidade orgânica flexível, Divisão Jurídica, individualizando a área jurídica e de investigação e instrução de processos de contraordenações, do serviço municipal de fiscalização municipal. -----

TRÊS: Com este pressuposto e, analisada a estrutura orgânica existente, concluiu-se pela necessidade de passar o serviço de fiscalização municipal a integrar a Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística e autonomizar a área jurídica e a área de investigação e instrução de processos de contraordenação, em gabinete próprio. -----

FUNDAMENTOS DE DIREITO: UM: Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal aprovar a estrutura nuclear, conforme dispõe a alínea b) do artigo 6.º do Regime da Organização dos Serviços das Autarquias Locais, publicado pelo Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro. -----

DOIS: Compete à Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara, definir as respetivas atribuições e competências, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal, das unidades orgânicas flexíveis, conforme dispõe a alínea a) do artigo 7.º do supra citado regime. -----

* Documento que será dado como reproduzido na ata da reunião.-----

PTe 10/17

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada. -----

FORMA: Por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Luis Pedro Marques Matos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz. -----

Onze abstenções sendo seis dos eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Raquel Louro Vieira Correia, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Carmem Dolores Palminha Mendes, António Gamito de Matos e Francisco Alfeirão Rodrigues, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira.” -----

--- g) **Alteração ao Mapa de Pessoas 2018;** -----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. -----

“PROPOSTA: Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a alteração ao Mapa de Pessoal para 2018, em anexo.* -----

FUNDAMENTOS: De facto: 1. Tendo em conta a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, o mapa de pessoal contem a indicação do número de postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução e é aprovado pela Assembleia Municipal. -----

2. Alteração da estrutura orgânica. -----

De direito: De acordo com o disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.” -----

*Documento que será dado como reproduzido na ata da reunião. -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada. -----

FORMA: Por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Luis Pedro Marques Matos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz. -----

Onze abstenções sendo seis dos eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e

P. Melo

Raquel Louro Vieira Correia, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Carmem Dolores Palminha Mendes, António Gamito de Matos e Francisco Alfeirão Rodrigues, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira.” -----

--- **h) Apoio à Freguesia de Santo André;**-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. -----

“**PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a aprovação de apoio monetário no valor de 1 750€ (mil setecentos e cinquenta euros) para a Junta de Freguesia de Santo André para o desenvolvimento das suas atividades, de acordo com os fins que prossegue, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.-----

FUNDAMENTOS: De facto: Um: A Câmara Municipal de Santiago do Cacém está empenhada no desenvolvimento equilibrado e progressivo do Concelho, tomando medidas que traduzem a sua efetiva preocupação pela defesa e preservação do ambiente e da qualidade de vida da população, das estruturas e atividades culturais e desportivas do concelho de Santiago do Cacém; -----

Dois: A Câmara Municipal de Santiago do Cacém desenvolve ações de procura de apoios diretos ou indiretos às entidades e instituições que demonstrem realizar atividades relevantes e tem desenvolvido um conjunto significativo de apoios financeiros e logísticos a dezenas de associações de carácter cultural, desportivo, social e humanitário; -----

Três: A Sociedade Anónima Petróleos de Portugal – Petrogal S.A., (Petrogal) atribuiu ao Município de Santiago do Cacém (MSC) uma verba para apoio ao desenvolvimento de atividades culturais, desportivas, ambientais e de solidariedade social do concelho, que veio proporcionar condições financeiras para que o MSC possa atribuir, um apoio financeiro de 1750€ (mil setecentos e cinquenta euros) à Junta de Freguesia de Santo André, para que esta prossiga o desenvolvimento de atividades nas suas áreas de intervenção, contribuindo assim para o desenvolvimento social, cultural, ambiental e desportivo do Município; -----

Quatro: A Junta de Freguesia de Santo André, contribui para o desenvolvimento, social, cultural, ambiental e desportivo do município, através das inúmeras atividades que realiza ao longo do ano. -----

De direito: Um: Compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal deliberar sob formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, conforme o previsto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Dois: As freguesias dispõem de atribuições nos domínios da cultura, tempos livres, desporto, ação social e ambiente, nos termos do da alíneas d) f) e h) do n.º 2 do artigo 7.º do citado regime.”-----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. -----

INTERVENÇÕES: Intervieram os senhores Manuel Mourão, eleito do PS, Rui Vieira, eleito do BE, e Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovada.-----

FORMA: Por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo dezasseis, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro,

Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Luis Pedro Marques Matos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, sete dos eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Raquel Louro Vieira Correia e Ricardo Jorge da Cruz e quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Carmem Dolores Palminha Mendes, António Gamito de Matos e Francisco Alfeirão Rodrigues.-----

Uma abstenção do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira. -----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo Senhor Rui Beles Vieira, eleito do BE, foi feita a seguinte declaração de voto: “Abstive-me porque considero que a responsabilidade social da empresa vai muito além do que está a contribuir, tendo em conta o volume de negócios e a área a que se dedica.” -----

PARA CONSTAR SE PUBLICA ESTE E OUTROS DE IGUAL TEOR QUE VÃO SER AFIXADOS NOS LUGARES DE ESTILO. -----

Santiago do Cacém, 2 de maio de 2018

A PRESIDENTE,



